

REQUERIMENTO PARA ALVARÁ POLICIAL – ESTANDES E CLUBES DE TIRO

Excelentíssimo(a) Senhor(a) Delegado(a) de Polícia Civil,

O requerente abaixo qualificado, com fulcro na Resolução nº 25/GAB/DGPC/PCSC/2022, que regulamenta a fiscalização de produtos controlados pela Polícia Civil, no âmbito do Estado de Santa Catarina, mormente quanto ao que dispõe o Decreto Estadual nº 3.008/1992 e às normas federais vigentes, requer à **Polícia Civil do Estado de Santa Catarina, responsável pelo controle de produtos controlados**, conforme o artigo 106, inciso V, da Constituição Estadual, a expedição de alvará policial, conforme dados declarados abaixo:

QUALIFICAÇÃO DA PESSOA FÍSICA REQUERENTE

Nome completo			
Data de nascimento		CPF	
Logradouro			
Bairro		Nº	
Cidade		CEP	
Contato		e-mail	

QUALIFICAÇÃO DA EMPRESA REQUERENTE

Nome empresarial			
Nome fantasia			
CNPJ			
Logradouro			
Bairro		Nº	
Cidade		CEP	
Responsável legal			
Contato		e-mail	

ATIVIDADES CONTROLADAS

A fiscalização e o controle da Polícia Civil em relação a estandes e clubes de tiro compreendem, exclusivamente, os estabelecimentos constituídos na forma de pessoa jurídica, não se aplicando àqueles de caráter particular.

Atividade desenvolvida:	Clube / escola de tiro <input type="checkbox"/>	Estande de tiro <input type="checkbox"/>	
Produtos controlados:	Venda <input type="checkbox"/>	Depósito <input type="checkbox"/>	Não vende ou deposita <input type="checkbox"/>
Certificado de Registro:	N. <input type="text"/>	Ano <input type="text"/>	Validade <input type="text"/>

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS QUE INSTRUEM O REQUERIMENTO

- I - cópia do documento público de identificação da pessoa física requerente com nº do CPF;
- II - comprovante de residência em nome do requerente;
- III - autorização específica expedida pelo Exército brasileiro;
- IV - alvará de funcionamento expedido pela prefeitura municipal;
- V - cópia dos atos constitutivos devidamente registrados;
- VI - comprovante de inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica da Receita Federal;
- VII - alvará de funcionamento expedido pelo corpo de bombeiros militares;
- VIII - comprovante de pagamento de taxas.

Nestes termos, pede deferimento.
